

Educação do Campo: Reflexões sobre o Currículo e o Contexto dos Educandos

TEIXEIRA JUNIOR, Dinarte [\[1\]](#)

BISOGNO, Jean Carlos Rodrigues [\[2\]](#)

TEIXEIRA JUNIOR, Dinarte ; BISOGNO, Jean Carlos Rodrigues. **Educação Do Campo: Reflexões Sobre O Currículo E O Contexto Dos Educandos**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 1. Vol. 9. pp. 23-37, Outubro/ Novembro de 2016. ISSN: 2448-0959

RESUMO

O presente estudo apresenta e discute algumas variáveis acerca do sistema educacional brasileiro, com o foco voltado predominantemente para o ensino fundamental de nove anos desenvolvido em escolas rurais da cidade de São Gabriel, localizada no interior do Rio Grande do Sul. Sobre o contexto das referidas escolas se entende que existe uma necessidade latente de aproximação do currículo adotado nesta modalidade de ensino às reais necessidades dos estudantes que estão ali inseridos. Faz-se também uma análise de práticas exitosas adotadas por estas escolas através de programas governamentais que visavam ofertar atividades que fossem ao encontro das necessidades dos estudantes como complementação às ações formais desenvolvidas no âmbito escolar. Atividades estas determinadas pelas próprias escolas, escolhidas de forma a atender as preferências e preencher as lacunas deixadas por um currículo que, na prática, não contempla os mais variados contextos onde as escolas e seus estudantes estão inseridos. Da mesma forma não leva em consideração as diferenças culturais existentes entre uma localidade e outra. Assim, objetiva-se apresentar uma pesquisa que possa contribuir para o favorecimento da educação rural através de propostas já existentes e que tenham logrado êxito em sua forma de aplicação, sobretudo, no que se refere a adaptação e aproximação do currículo e suas práticas às preferências e necessidades pertinentes a cada localidade, escola e seus estudantes.

Palavras-chave: Contexto; currículo; estudante; família; escola

1. INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como foco principal relatar experiências e levantar questionamentos sobre a inclusão de pessoas de diferentes segmentos das comunidades escolares nas questões que influenciam as práticas educativas. Citando-se aqui também uma discussão sobre o currículo e as metodologias utilizadas, relacionando-as com as diferentes variáveis culturais que exercem influência no contexto onde as escolas rurais estão inseridas e por consequência nos processos de construção do conhecimento. Considerando que a aproximação das famílias e demais membros das comunidades escolares no desenrolar das atividades escolares podem constituir um fator favorecedor para a qualificação dos processos educacionais. Visto que estes indivíduos poderão agir como facilitadores, principalmente por conhecerem os contextos locais, suas particularidades, peculiaridades, preferências e necessidades de cada localidade ou grupo de estudantes. (AROSTEGUI, DARRETXE E BELOKI, 2013).

Seguindo esta linha de pensamento entende-se que a aproximação entre as comunidades escolares e os

estabelecimentos educacionais poderá ter importante papel no desenvolvimento das atividades escolares de forma geral, então quando voltamos o olhar para a educação rural especificamente, a necessidade dessa aproximação se potencializa, pois cada comunidade onde se insere uma escola compreende um acervo cultural singular, dotada principalmente de uma gama de conhecimentos empíricos prévios, que os estudantes carregam consigo de fora para dentro das salas de aula. Conhecimentos estes que estão alheios aos conteúdos transmitidos nestas salas, porém caracterizam a forma pela qual se procede em atividades cotidianas, geralmente transmitidas de geração a geração. Sejam estas atividades laborais, caracterizadas pelas formas de plantio e cultivo ou pela criação de pequenos rebanhos; culturais, exemplificadas principalmente nas danças e suas variações ou até mesmo desportivas, que se manifestam através de desportos rurais. Enfim, as culturas locais, mais do que tudo, retratam a forma de vida do povo que a pratica.

Assim colocado, o conjunto de manifestações culturais próprias de uma localidade sendo relacionado aos conteúdos formais de sala de aula apontam, na maioria das vezes, um distanciamento entre as necessidades reais dos educandos e os conteúdos trabalhados nas escolas. De forma que a grande maioria dos professores não tem o domínio ou o conhecimento dessas práticas, ficando em certos casos a educação formal condenada a um segundo plano no rol dos interesses destes estudantes, ou tendo seu real significado distorcido, fator este que contribui substancialmente para o grave problema de evasão escolar existente nas escolas brasileiras.

Neste cenário encontra-se como uma alternativa a estas questões a utilização de membros dessas comunidades escolares como elos de aproximação entre o ensino de conteúdos e os conhecimentos prévios oriundos das culturas locais. Nesse sentido pode-se citar a adoção do “Programa Mais Educação” como exemplo de prática exitosa nas escolas rurais, o qual oferece a oportunidade de uma educação em turno integral através da inserção de oficinas que podem ser escolhidas por elas próprias. Levando em consideração suas necessidades, preferências e condições para seu desenvolvimento, observando-se também a existência da possibilidade de que estas oficinas possam ser ministradas por pessoas da própria comunidade, conhecedoras dos contextos locais, dos estudantes e de suas peculiaridades. Observando-se, é claro, a existência de uma habilitação ou mesmo a identificação necessária para o desenvolvimento da atividade a que se propõe realizar.

Desta maneira, ao aprofundarmos um pouco mais este pensamento, buscou-se a implantação das referidas oficinas de forma a mesclar os conhecimentos empíricos transmitidos de maneira informal aos conhecimentos advindos dos conteúdos do currículo escolar, criando-se desta forma, uma metodologia própria onde o processo de construção do conhecimento contemple uma participação ativa da comunidade escolar, valorizando a cultura local, bem como entendendo o contexto onde estão inseridos. De forma que as oficinas valorizassem, por exemplo, o conhecimento informal que era trazido pelos estudantes, como questões que abordavam os ciclos de plantio e colheita, aliado aos estudos desenvolvidos nas salas de aula acerca de tipos de solo e demais informações pertinentes ao assunto em questão. Por outro lado, também se explorava e valorizava dentro das aulas de educação física alguns fatores culturais, através do desenvolvimento de trabalhos com as danças típicas e o folclore local, permitindo que se fortalecesse o sentimento de pertencimento e identificação entre escola, estudante e comunidade.

Posteriormente, já com um envolvimento maior das pessoas da comunidade nas questões referentes a escola permitiu-se adotar um modelo de gestão democrática com uma abertura maior a participação de pais e estudantes acerca de modificações e melhorias em todos os setores que influenciam os processos de

ensino e aprendizagem.

Mantendo ainda o olhar para o estudo de Arostegui, Darretxe e Beloki (2013), que enfoca a experiência exitosa de escolas espanholas ao integrarem as famílias dos estudantes nos processos educacionais, cabe ressaltar que os exemplos colocados convergem fortemente, em linha de pensamento, para o cenário das oficinas do “Programa Mais Educação” desenvolvidas nas escolas rurais brasileiras. Sobretudo no que se refere ao formato da adesão ao programa, que permitiu, dentro das possibilidades, a livre escolha das oficinas a serem implantadas nas escolas pela própria comunidade local, mas principalmente pelo fato de que todo o acervo de conhecimentos prévios dos estudantes é levado em consideração, retroalimentando as próprias oficinas com conteúdo e informações que em um formato de educação tradicional e estático jamais chegariam às escolas por tratar-se de uma gama de conhecimentos oriunda das culturas locais e tendo seu embasamento no empirismo e na prática. Características estas que retratam as atividades desenvolvidas pelas pequenas comunidades rurais brasileiras, sejam elas como forma de subsistência ou mesmo em um conjunto de ações involuntárias no sentido da perpetuação de suas culturas e hábitos.

2. CURRÍCULO E CONTEXTO NAS ESCOLAS DO CAMPO

Ao refletirmos sobre as mudanças que vem ocorrendo nas formas de comunicação entre os estudantes, na infinidade de informações que recebem transmitidas ao mesmo tempo em diferentes meios, e a facilidade de acesso a estas informações, que por vezes chegam de maneira distorcida ou são de caráter duvidoso poderemos ser conduzidos ao pensamento de que se faz necessário uma mudança também no formato de condução dos processos educacionais. Necessitando passar a contemplar as necessidades de uma educação básica contextualizada, que possa ir ao encontro e valorizar as informações que tem relevância no contexto do educando. Incorporando seus valores, suas crenças e hábitos como elementos de importante significado dentro das atividades escolares.

Criando-se um sistema onde a escola apropria-se dos elementos culturais de sua comunidade para que estes complementem e enriqueçam toda a gama de conhecimentos disseminados nas salas de aula, conhecimentos estes que compõe uma base necessária para a compreensão da realidade onde estão inseridos.

O conhecimento das informações ou elementos isolados é insuficiente. Há que localizar as informações e os elementos em seu contexto para que adquiram sentido. Para ter sentido a palavra necessita do texto que é seu próprio contexto e o texto necessita do contexto onde se anuncia. Por exemplo, a palavra amor muda de sentido em um contexto religioso e em um profano; e uma declaração de amor não tem o sentido de verdade se está enunciada por um sedutor ou por um seduzido (MORIN, 1999).

Neste contexto a exploração das culturas locais como agentes facilitadores dos processos de ensino e aprendizagem aparecem como um mecanismo incentivador e fortalecedor da identificação dos estudantes com a escola, estabelecendo ainda o mesmo sentimento em relação aos demais membros das comunidades escolares. Nesta linha de pensamento fica evidenciada ainda a importância primordial da valorização das mais singulares culturas humanas a fim de agregarem um significado prático nos processos educativos, onde o sujeito deste processo seja sempre o educando, e este possa vislumbrar a aplicabilidade do que é transmitido nas escolas.

O fortalecimento dos laços entre escola e comunidade demonstra sua importância novamente quando

canalizamos nossa atenção para o grave problema da evasão escolar que assola o sistema educacional brasileiro. Tal problema não fica caracterizado apenas pelo abandono das atividades escolares por parte dos estudantes, mas além disso, e como consequência passa a gerar também o transtorno das distorções de idade/série. Onde o estudante abandona a escola, caracterizando uma situação de evasão e acaba sendo forçado a voltar através da ação do poder público no ano seguinte, já com uma idade incompatível com a série/ano que frequentará. Ou ainda retornando em um período do mesmo ano letivo ao qual evadiu, porém já sem as devidas condições para acompanhar os demais, contribuindo para o aumento dos níveis de repetência e desinteresse.

Entende-se então que a alternativa mais viável para se solucionar ou amenizar as consequências provenientes destas questões seria a aproximação do currículo vigente as realidades locais, sobretudo nas comunidades rurais, através da contextualização da educação em seus mais variados procedimentos. Fazendo-se valer toda a amplitude do conjunto de elementos das culturas locais como fatores de relevância dentro das atividades educacionais. De forma que os elementos culturais locais façam um caminho inverso ao tradicionalmente utilizado nos processos escolares, que normalmente é pautado pelas informações transmitidas por professores e assimiladas para os estudantes, mas onde o conhecimento empírico de domínio do cotidiano do educando passe também a pautar as aulas, dando vez e voz a um modelo que transita de fora para dentro das escolas.

A cultura está constituída pelo conjunto dos saberes, saber fazer, regras, normas, interdições, estratégias, crenças, ideias, valores, mitos que se transmite de geração em geração se reproduzem em cada indivíduo, controlam a existência da sociedade e mantêm a complexidade psicológica e social. Não há sociedade humana arcaica ou moderna que não tenha cultura, porém cada cultura é singular. Assim, sempre há a cultura nas culturas, mas a cultura não existe senão através das culturas.

As técnicas podem migrar de uma cultura para outra, como foi o caso da roda, do jugo, a bússola, a imprensa; ou também de certas crenças religiosas, logo ideias laicas que tendo nascido em uma cultura singular puderam universalizar-se. Mas há em cada cultura um capital específico de crenças, ideias, valores, mitos e particularmente os ligam uma comunidade singular a seus ancestrais, suas tradições, seus mortos (MORIN, 1999).

Então, seguindo a trilha da contextualização da educação básica nas escolas localizadas em comunidades rurais brasileiras é possível estabelecermos uma relação próxima entre a valorização dos conhecimentos pertinentes as culturas locais, como domínio dos ciclos de plantio e colheita, criação de pequenos rebanhos, crenças, atividades de lazer e hábitos, e a formação do jovem como de maneira integral. Como um ser capaz de exercer sua cidadania no sentido mais amplo deste referido conceito. Entendendo-se que mesmo que estejamos tratando com jovens, o caminho da contextualização da educação tem como objetivo a busca pela capacidade de interação real entre homem e comunidade/mundo, sabendo da importância de conhecer as variantes de sua cultura como forma de tornar-se um ser ativo e participativo na comunidade onde está inserido. Bem como, utilizar-se destes conhecimentos provenientes de sua realidade local como ponto de partida, para que possam assim se lançar em novos desafios, sejam eles através da exploração e entendimento de diferentes contextos culturais ou mesmo pela capacidade de agirem crítica e interpretativamente perante as mais variadas situações. Sempre fundamentados na valorização dos conhecimentos advindos de seu contexto original e na capacidade de entendimento de mundo como um lugar de múltiplas culturas e diferentes necessidades. Conceitos estes que devem ser desenvolvidos e internalizados desde os primeiros anos da educação básica através da contextualização do

currículo como forma fundamental para a transformação do estudante em cidadão capaz, participativo e independente.

3. FAMÍLIA E ESCOLA NA PROMOÇÃO DE UM ENSINO CONTEXTUALIZADO

As relações existentes entre o âmbito escolar e a família vão muito além de simples ideias de aproximação entre comunidade e escola, pois estão voltadas para os processos de formação do indivíduo, compreendendo sua preparação para o convívio em sociedade de um modo geral, suas responsabilidades e contribuições no meio social a partir de uma gama de conteúdos formais aliados a contribuição e participação ativa da família dentro deste contexto escolar. (PESSOA e CARVALHO, 2004).

Quando falamos em aliar família e escola em prol da construção significativa de conhecimentos consideramos inicialmente como ponto estratégico para a participação dos pais neste meio a voluntariedade de parte a parte, para que somente assim consigamos obter êxito nos processos escolares. Por outro lado, considera-se ainda como fator de inestimável importância neste processo a abertura e aceitação da escola aos conhecimentos oriundos das culturas locais, passados de geração para geração e de caráter empírico

Carvalho (2000), afirma em primeiro momento que a educação pode ser trabalhada de diferentes formas dentro de uma sociedade, ou seja, de maneira formal, informal ou não formal. A educação, portanto, deve estar inserida não apenas na escola, mas também em todos os contextos onde o estudante se insere, como a família, a própria escola, por vezes no trabalho e em todos os meios onde transita e estabelece comunicação. Em um segundo momento, evidencia a necessidade de aproximação entre o currículo pedagógico e as atividades vivenciadas pelo estudante em suas práticas cotidianas como lazer, cultura e hábitos que invariavelmente irão refletir também em seu perfil no desenvolvimento das atividades escolares.

Neste sentido entende-se que a formação intelectual e a capacidade de interlocução do estudante, entendido como um ser humano em formação, dependerá das relações que o mesmo estabelece em diferentes níveis e segmentos onde está inserido. Dependência esta que se potencializa no meio rural, onde as rotinas de vida são permeadas por fazeres e saberes comuns a determinado grupo de pessoas, comunidade ou localidade. Sob esta ótica, a busca pela formação de um “homem rural” capaz de interagir criticamente em diferentes contextos, de maneira emancipada e autônoma passa, invariavelmente, pela valorização de sua cultura. De forma que assim o estudante possa ver uma escola que entende e respeita seu modo de vida, integra sua cultura aos procedimentos escolares. Estabelecida esta relação de duas vias, estará o estudante identificado com a escola, interessado em suas práticas e, por consequência, reduzido o problema da evasão escolar ou mesmo o desinteresse diante de conhecimentos que, até então, pareciam ter fim em si mesmos.

A relação entre a escola e as famílias nos dias atuais ainda apresenta um caráter tradicional, onde, na maioria das vezes, a participação deste segmento fica restrito à sua presença em reuniões no círculo de pais e mestres, na verificação de notas ou no atendimento a chamados para receberem notificações de um mau comportamento do estudante. Retratando duas maneiras claras de se observar esta relação: voluntária ou involuntária, sendo a primeira caracterizada pelo incentivo a participação ativa através da política adotada pela escola e a segunda retratando apenas uma participação meramente figurativa, que apenas recebe informações preestabelecidas pela instituição de ensino. (CARVALHO, 2000).

Ao se considerar a relação voluntária entre família e escola encontramos resultados mais efetivos no que se refere a interação e participação de pais e familiares nos processos educacionais formais. Contudo, esta forma de participação apresenta resultados ainda mais relevantes quando voltamos o foco para a contextualização do ensino, pois são as famílias dos estudantes que constituem o principal elo de ligação entre o ensino formal e as culturas de cada localidade onde se inserem as escolas do campo. Levando-se em conta ainda que a participação das famílias no ambiente escolar contribui substancialmente na formação do educando, através da solidificação de seus valores, conceitos e propósitos de vida.

Para Coleman e Churchill (1997), este envolvimento pode ser impulsionado e conduzido pelas escolas, através da sistematização de informações sobre a evolução dos educandos no que diz respeito a sua vida escolar, os conteúdos trabalhados e seu desempenho em sala de aula. Preconiza as reuniões periódicas e atividades elaboradas pela escola em conjunto com as famílias, para que dessa forma possa se ter um controle mais aprofundado e minucioso sobre a evolução da criança e/ou adolescente no transcorrer de suas atividades escolares.

Em outra análise, mas não menos importante, pode-se relatar ainda a diferença existente entre os ambientes da família e da escola e, na busca de uma interpretação sobre estes diferentes contextos onde o estudante está inserido analisa-se que a aprendizagem do mesmo não é linear, mas sim diversificada e em múltiplos segmentos. Pensamento este que se apoia na literatura de Dessen e Polonia (2007), que afirma ser na escola aparecem costumes, espaços, recursos, expectativas, experiências, linguagem e valores alheios aos da família. Entretanto, essas diferenças não envolvem e não impedem a relação entre família e a escola, pois, a relação existente entre estes dois contextos aparece como ponto crucial para o estabelecimento de novas práticas docentes e a implementação de programas educacionais alternativos que tenham o foco voltado para o estudante como sujeito dos processos de ensino e aprendizagem.

Desta forma, a participação da família no processo educacional respalda a contextualização da educação, sobretudo a educação do campo, fica caracterizada ainda como um dos principais fatores contribuintes para a perpetuação das culturas locais, dentro de suas especificidades e singularidades. Sendo que uma atuação de forma positiva é de inquestionável importância para o desenvolvimento do educando, pois quando pais e filhos convivem harmonicamente, com uma relação de amizade e confiança, fica mais fácil para a criança interpretar diferentes pontos de vista, seja dentro da escola ou em diferentes contextos onde possam transitar. Dessen e Polonia (2007), citam estudos mostram percepções diferenciadas sobre a influência das famílias na escola durante o processo educativo, no que tange a compreensão dos pais. Afirmam que para que se tenha uma evolução na qualidade do processo de ensino e aprendizagem deve haver uma união de forças entre as famílias e os educadores a fim de se atingir significativamente os objetivos no meio estudantil.

Portanto, entende-se que a família por si só dificilmente conseguirá fazer como que a criança tenha a oportunidade de ampliar seu desenvolvimento social e evoluir intelectualmente, ao mesmo tempo em que a escola, por sua vez, também não será capaz de realizar tais tarefas, mas certamente a ação conjunta destas será a grande responsável pela formação da personalidade e solidificação de valores e princípios que nortearão os caminhos e pautarão as decisões futuras dos estudantes em sua vida adulta.

Fica explicitado então que família e escola constituem os dois principais ambientes de desenvolvimento do ser humano, sendo de fundamental importância a aproximação de ambos os lados para que se consiga relacionar esses contextos dentro de suas similaridades e peculiaridades a fim de construir um processo de

desenvolvimento voltado à qualificação do sistema educacional como um todo, não apenas em relação ao aluno, mas também a todas as pessoas envolvidas, como afirma Dessen e Polonia (2007).

CONCLUSÃO

Ao finalizar este estudo, pode-se afirmar, que não é suficiente apenas o comparecimento dos pais no âmbito escolar para verificar o andamento dos filhos, analisando suas notas e seu desempenho, mas sim ir até o estabelecimento procurar informações que lhes possam ajudar no desenvolvimento escolar destas crianças e/ou adolescentes, agregando valores na construção de seu crescimento intelectual e social, pois, como cita Arostegui, Darretxe e Beloki (2013), a família será um dos principais agentes facilitadores da aprendizagem, servindo como meio de aproximação entre dois contextos diferentes, o familiar e o escolar, principalmente por conhecerem as realidades locais, suas particularidades, peculiaridades, preferências e necessidades de cada localidade ou grupo de estudantes. Tendo em vista estas colocações já citadas acima, observam-se vários aspectos pelos quais o estudante passa durante seu crescimento como a relação existente com a contextualização da educação nas escolas situadas nas comunidades rurais brasileiras, onde é possível notar a necessidade de uma proximidade entre a valorização dos conhecimentos pertinentes as culturas locais, como domínio dos ciclos de plantio e colheita, criação de pequenos rebanhos, crenças, atividades de lazer e hábitos, e a formação do jovem como de maneira integral.

Assim, em uma segunda análise, fica evidenciado que inevitavelmente será este mesmo modelo de escola que exercerá influência e dará a base educacional, seja tanto no meio urbano como no meio rural, necessária para que aqueles estudantes que desejarem buscar novas experiências de vida no campo de suas futuras profissões tenham a possibilidade de realizá-las. Desta maneira é possível afirmar que a qualidade da educação depende de inúmeros fatores, porém independentemente das políticas públicas adotadas a qualidade do serviço prestado sempre dependerá, preponderantemente, da organização e qualidade dos modelos de gestão destes estabelecimentos e das pessoas que transitam em seu meio. E por fim, ao somarem-se todos esses valores, transformando-os em um conjunto sólido em prol de uma educação de qualidade, só atingiremos tal objetivo quando pautarmos nossas ações educativas no respeito pela cultura das pessoas e no contexto onde qualquer escola estiver inserida.

Contudo, no Brasil, foi a experiência com o acréscimo dos conteúdos de relevância cultural, ou mesmo a valorização das práticas locais que alavancaram tal evolução, fato este que é referendado pelo gosto que as crianças tem em permanecer na escola e a identificação destas com as comunidades onde estão localizadas mas, principalmente, pelo sentimento de que a escola dará o suporte necessário para que estes, ao permanecer no local onde vivem terão uma bagagem de informações que lhes proporcionará uma melhoria na qualidade de vida e também um melhor rendimento nas atividades cotidianas desenvolvidas em suas comunidades.

Portanto, evidencia-se a necessidade de que a escola consiga unir estes dois segmentos que são complementares, realizando de uma maneira prática, a integração entre família e escola através de projetos que consigam a valorização das culturas locais e a interação destas com os processos de construção do conhecimento desenvolvidos dentro dos estabelecimentos de ensino. Então, constata-se que reside nesta aproximação entre currículo e contexto uma das mais viáveis soluções para questões que permeiam o ensino fundamental, como o desinteresse e a evasão escolar que acarretam em uma grande distorção de idade/série neste nível de ensino.

Portanto acredita-se que a valorização e compreensão dos diferentes elementos das culturas locais, bem como a inserção destes nos conteúdos formais das escolas rurais constituirão um grande acréscimo na

qualidade de todos os processos educacionais. Sobretudo, estabelecendo uma forte relação de identificação de todos os sujeitos envolvidos na construção do conhecimento com a escola onde atuam. E desta forma, deixando como legado um formato de educação que ofereça um real significado em todas as suas práticas, onde estudantes consigam enxergar a aplicabilidade e importância dos ensinamentos e métodos estudados, para que assim possam agir de maneira independente, crítica e principalmente com a capacidade de exercerem em toda sua plenitude o conceito de cidadão, seja em sua própria comunidade ou mesmo na possibilidade de participação em diferentes contextos e realidades.

REFERÊNCIAS

AROSTEGUI, Igone; DARRETXE, Leire; BELOKI, Nekane. **La participación de las familias y de otros miembros de la comunidad como estrategia de éxito en las escuelas**. Revista Iberoamericana de Evaluación Educativa, Madrid, Vol. 6, Nº2, Noviembre/2013. Disponível em:<http://www.rinace.net/riee/numeros/vol6-num2/Riee_6,2.pdf> Acesso em: 13 de março de 2016.

Coleman, M. & Churchill, S. Challengers to family involvement. *Childhood Education*, 73, 262-266,1997.

DE CARVALHO, Maria Eulina Pessoa. Relações entre família e escola e suas implicações de gênero. **Cadernos de pesquisa**, n. 110, p. 143-155, 2000.

FAMÍLIA, RELAÇÕES. Em busca de uma compreensão das relações entre família e escola. **Psicologia escolar e educacional**, v. 9, n. 2, p. 303-312, 2005.

HEEMANN, Ademar. **Texto Científico: um roteiro para estrutura, citações e referências de projetos monográficos**. 5ed. revista e ampliada. Curitiba: KAPOK, 2012.

MORIN, Edgar. **Los siete saberes necesarios para La educación del futuro**. Paris: UNESCO; 1999.

DESSEN, Maria Auxiliadora; POLONIA, A. da C. A família e a escola como contextos de desenvolvimento humano. **Paidéia**, v. 17, n. 36, p. 21-32, 2007.

PESSOA, MARIA EULINA; DE CARV, A. DE CARV A.; CARVALHO, D. E. Modos de educação, gênero e relações escola-família. **Cadernos de pesquisa**, v. 34, n. 121, p. 41-58, 2004.

[1] Educador Físico pela Universidade da Região da Campanha – URCAMP, Pós-Graduado pela Faculdade SOGIPA de Educação Física e mestrando em Educação pela Universidad de la Empresa – UDE.

[2] Educador Físico pela Universidade da Região da Campanha – URCAMP, Pós-Graduado pela Faculdade Ingá e mestrando em Educação pela Universidad de la Empresa – UDE.